

## “FÓRUM LEGISLATIVO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTADO” REGISTRO

20.9.03 – PSS – 001 a 011

### **O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCILD –**

Convidamos para compor a Mesa dos nossos trabalhos o Exmo. Sr. Deputado Estadual Sidney Beraldo, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, a quem peço uma salva de palmas. (Palmas.)

Convidamos também o Exmo. Sr. Samuel Moreira, Prefeito do município de Registro e Presidente do Codivar – Conselho de Desenvolvimento do Vale do Ribeira. (Palmas.)

Temos a satisfação de convidar o Deputado José Caldini Crespo, 2º Secretário da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. (Palmas.)

Convido também a Vereadora Abigail Martins, Presidente da Câmara Municipal de Registro, representando os demais vereadores presentes (Palmas.); o nobre Deputado Estadual Arnaldo Jardim, Líder do PPS na Assembléia Legislativa de São Paulo (Palmas.); o nobre Deputado Waldir Agnello (Palmas.); o Deputado Fausto Figueira (Palmas.); a Profa. Rovena Negreiros, Pesquisadora do NESUR – Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional, do Instituto de Economia da Unicamp (Palmas.); o Sr. Rodolfo Peano, representante do Secretário-Chefe da Casa Civil, Deputado Arnaldo Madeira (Palmas.); o Pref. Décio Ventura, de Ilha Comprida, Pres. do Comitê das Bacias Hidrográficas (Palmas.)

Queremos agradecer as presenças do Vereador Manuel Kenji Shikaoka, representando a Uvesp – União dos Vereadores do Estado de São Paulo; da Sra. Maria Eulália Xavier, Vereadora de Registro; do Vereador João Nunes de Campos, de Registro; da Vereadora Maria Oliveira Paiva; da Sra. Marioka, também de Registro; do Vereador Edson Roberto Stela, Presidente da Câmara Municipal de Iguape; do Vereador Jacupiranga, Walter Majoni; da Vereadora Maria Josefina Goulart, da Câmara Municipal de Miracatu; da Vereadora Maria Girlene Carvalho, da Câmara Municipal de Miracatu; do Vereador Valdívio Fernandes da Cruz, da Câmara Municipal de Miracatu; da Vereadora Kiyomi Ota

de Oliveira, de Sete Barras; do Vereador Samuel Teófilo Vasconcelos Filho, de Juquiá; do Vereador José Evaristo Eldorado, do Município de Eldorado; da Vereadora Inês Kawamoto, do Município de Registro; do Vereador Eduardo Hanashiro, do Município de Itariri; do Sr. Tônico Alonso, representante da Secretaria Estadual da Cultura, representando o Secretário-adjunto, Edmur Mesquita; do Sr. Milton Ribeiro, representando a Deputada Estadual Telma de Souza; da Sra. Luciane Melo, Diretora Técnica da Diretoria Regional de Serviços da Secretaria da Saúde; do Sr. José Antonio Parimoschi, Secretário Geral de Administração da Assembléia Legislativa; do Sr. José Carlos Borges, Diretor do Departamento de Comissões da Assembléia Legislativa; da Sra. Josefina Irene Cardelli, Gerente do escritório regional do Sebrae da Baixada Santista; da Sra. Joelma Marinheiro, bióloga do Departamento de Meio Ambiente; do Sr. José Renato Lisboa, Coordenador Regional do Itesp – Instituto de Terras do Estado de São Paulo; da Sra. Reginalice Nakao Silva, dirigente regional de Registro; do Sr. Carlos Nunes, Diretor-Executivo do Instituto Legislativo Paulista da Assembléia Legislativa de São Paulo; da Sra. Lurdes Maria, dirigente regional de Miracatu, da diretoria de ensino da Secretaria da Educação; do Sr. Carlos Corrêa Leite, coordenador de mobilização do CEPAM; da Sra. Maria Joance Curi Leite, diretora-técnica da UBS-3; da Sra. Ivone Mitsuko, Diretora da Escola Municipal de Educação Prof. José de Carvalho.

Passamos a palavra, para a abertura dos trabalhos, ao nobre Deputado José Caldini Crespo, 2º Secretário da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa.

**O SR. JOSÉ CALDINI CRESPO – PFL** – Bom-dia a todos, amigos e amigas, ilustres membros componentes da Mesa, a quem saúdo na figura do nosso Presidente da Assembléia, Deputado Sidney Beraldo. Esta é uma oportunidade histórica, porque nunca a Casa Legislativa de São Paulo veio ao interior para ouvir as principais lideranças de cada uma das nossas regiões, a respeito não apenas dos seus problemas, mas das perspectivas de, juntos, conseguirmos diminuí-los e eliminá-los, vencendo as desigualdades que ainda existem em cada um dos nossos municípios. Este é o grande desafio que temos à frente.

Não poderia a Casa Legislativa, como representante de todas as tendências políticas, representante de toda a população do nosso Estado, se furtar a trabalhar também neste campo e, posteriormente, oferecendo aos demais poderes sugestões concretas a partir deste

índice: o IPRS, idealizado também na Assembléia Legislativa, agora consubstanciado de uma forma numérica, mensurável, objetiva para que ele passe a ser a principal ferramenta desse maior esforço em busca da igualdade social, da justiça social, que é, sem dúvida, o discurso político mais decantado. Mas até hoje não completamente conseguido em função, talvez, dessa dificuldade, que é a falta de um índice.

Teremos hoje a satisfação de ouvi-los, qual foi a metodologia, os resultados apresentados para esta importante região do Estado; e, posteriormente, ouvindo as sugestões dos senhores e senhoras, que são as principais lideranças da região, para que, uma vez anotadas, sejam estudadas, transformadas em leis, ou cheguem até o Executivo, da forma melhor que nos parecer, e parecer aos senhores, para que o resultado possa ser esse.

É o que a população espera de todos os políticos e dos seus representantes. Quero cumprimentar a cada uma das pessoas que colaboraram para isso, a começar da Fundação SEADE, agora o CEPAM, o NESUR, os deputados, assessorias. Enfim, todos aqueles que, de uma forma ou outra, acreditaram, deram sustentação para que este dia pudesse chegar.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCCHILD –** Queremos agradecer especialmente as presenças dos prefeitos Eloi Fouquet, de Eldorado; Orlando Milan, de Pariquera-Açu; Décio José Ventura, de Ilha Comprida; Ademar de Lima, vice-Prefeito representando o Prefeito de Barra do Turvo; Mário de Melo Bonadia, vice-Prefeito de Jacupiranga, e todos os representados pelo nobre Prefeito Samuel Moreira, presente nesta Mesa.

Passamos a palavra ao nobre Deputado Sidney Beraldo, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo e Presidente do “Fórum Legislativo de Desenvolvimento Econômico Sustentado”.

**O SR. SIDNEY BERBALDO – PSDB –** Sr. Samuel Moreira, Prefeito de Registro e Presidente do Codivar; Deputado José Caldini Crespo, 2º Secretário da Assembléia Legislativa; Vereadora Abigail Martins, Presidente da Câmara Municipal de Registro, em nome de quem quero saudar todos os vereadores representantes do Poder Legislativo Municipal presentes; Deputado Arnaldo Jardim, Líder do PPS; Deputado Waldir Agnello –

e quero aqui também saudar todos os pastores acompanhados do Deputado Agnello; Deputado Fausto Figueira; Profa. Rovena Negreiros, do NESUR da Unicamp – NESUR é o Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional do Instituto de Economia da Unicamp, e é o órgão que está, através de uma parceria com a Assembléia, auxiliando-nos neste trabalho; Dr. Rodolfo Peano que representa, neste ato, o Deputado Arnaldo Madeira, Secretário da Casa Civil.

Saudações aos prefeitos: Eloi Fouquet, de Eldorado; Orlando Milan, de Pariqueira-Açu; Décio, de Ilha Comprida; vice-prefeito Ademar de Lima, de Barra do Turvo; vice-prefeito Mário de Melo, de Jacupiranga; Neto, de Itariri.

Muito obrigado pela presença dos senhores funcionários, assessores, representantes de entidades da sociedade civil, imprensa presente, quero rapidamente agradecer, em primeiro lugar, a presença de todos vocês. É importante, para nós, a presença de vocês. É isso que dá o sentido de termos tomado esta decisão, de trazermos a Assembléia Legislativa mais próxima do interior de São Paulo, mais próxima dos municípios através das suas regiões.

Verificamos mudanças rápidas na sociedade moderna. Cada vez mais as instituições, especialmente aquelas que se propõem a fazer a representação da população, também precisam se adaptar. Precisamos rever o processo de nosso funcionamento para que atuemos de forma cada vez mais moderna. É exatamente com este objetivo que criamos também, dentro da Assembléia Legislativa, o “Fórum Legislativo de Desenvolvimento Econômico Sustentado”.

Acreditamos e temos a convicção de que, sem desenvolvimento econômico, não vamos conseguir resolver os graves problemas sociais que temos. Podemos avançar, podemos melhorá-los, mas nós precisamos realmente de desenvolvimento econômico sustentado que leve em conta a questão do meio ambiente, que promova distribuição de renda e que promova o combate às desigualdades sociais. Este tem que ser o conceito completo de desenvolvimento econômico. Então, criando este Fórum, trouxemos para a Assembléia Legislativa e trouxemos para a agenda da Casa esta questão que consideramos importante.

De que forma discutir-se desenvolvimento? Fazendo uma interação permanente com todas as cadeias produtivas. Por isso, para fazer parte deste Fórum, além dos deputados

presidentes das comissões temáticas da Casa, temos um conselho com a presença de todos os representantes do setor produtivo e de trabalhadores das cadeias, pelo menos das principais cadeias do Estado de São Paulo. Porque para se discutir desenvolvimento é preciso que se analise hoje a cadeia. Quando chega no agronegócio é preciso que a gente tenha desde a semente com qualidade até o sistema de distribuição, até o consumidor. Analisar tudo isso, verificar e detectarmos os gargalos que existem ao longo dessas cadeias e procurarmos desobstruí-los dando a nossa contribuição.

Da mesma forma, o desenvolvimento econômico tem que levar em conta as questões regionais, as vocações de cada região, de cada cidade, levar em conta a questão dos “clusters”, que são os arranjos regionais que levam em conta a cadeia, e que levam em conta as vocações. O Estado tem trabalhado no sentido de detectar isso, de trabalhar de forma organizada. Pelo fato de termos 94 deputados que representam todas as regiões do Estado de São Paulo, 14 partidos diferentes, todas as correntes ideológicas, acreditamos que a Assembléia Legislativa é o Fórum adequado, legítimo, para que juntos possamos dar uma contribuição para a retomada do desenvolvimento econômico. Sabemos que para isso é preciso que a gente tenha um ambiente macroeconômico mais favorável, queda nos juros, crédito, reforma tributária, reforma da previdência. Mas isso está sendo tocado e nós temos que fazer nossa parte. É preciso que a gente faça, e esse é um ponto que estamos verificando muito importante, faça cada vez mais um encontro do conhecimento, com a aplicação desse conhecimento, para podermos promover a inovação.

O Estado de São Paulo tem três universidades públicas da melhor qualidade, temos 19 institutos de pesquisa, temos uma FAPESP, que é a fundação de amparo à pesquisa. O Estado de São Paulo repassa, através de lei, 1% do ICMS do Estado a esta fundação. Ou seja, se juntarmos todos esses investimentos, o Estado de São Paulo investe 12% da sua receita corrente líquida para essas instituições que fazem pesquisa, que têm capacidade tecnológica. O Estado de São Paulo não seria o que é hoje se não tivéssemos realmente estas instituições. Mas achamos que precisamos fazer mais. Precisamos promover um encontro daqueles que pesquisam, daqueles que detêm o conhecimento, com aqueles que precisam dessa tecnologia; fazer com que o micro e o pequeno empresário, o micro e o pequeno produtor agrícola, tenham acesso a esse conhecimento, a essa tecnologia, e através

desse acesso faça a aplicação desse conhecimento e com isso vá agregar valor, vá agregar riqueza no seu produto.

Acho que nesse aspecto podemos dar também nossa contribuição. E nada mais oportuno do que aproveitarmos uma reunião como esta, do Fórum, com a participação de todos vocês, e fazermos a apresentação também do IPRS, que todos sabem é um índice no modelo do IDH, que é o Índice do Desenvolvimento Humano, resultado de uma encomenda da Assembléia Legislativa de São Paulo ao SEADE. O Deputado Arnaldo Jardim, na época, foi o relator do “Fórum São Paulo Século XXI”, que teve um dos produtos mais importantes, resultado daquele Fórum, exatamente esse índice. Por que acreditamos nisso? Porque o índice é uma ferramenta para que possamos olhar cada município e produzir políticas públicas compensatórias que possam melhorar a qualidade de vida.

Essa é a primeira frase que está aí no caderninho em que nós apresentamos esses índices: “conhecer melhor para decidir corretamente”, porque conforme temos essas informações sabemos exatamente para onde dirigir os recursos. E a região do Vale tem dificuldades e problemas que nós sabemos. Embora a questão da renda tenha se mantido não só aqui, Samuel, mas no Estado como um todo, nós não verificamos um aumento na renda, pelo contrário, a massa salarial dos que têm carteira assinada diminuiu, o valor agregado dos municípios diminuiu no Estado como um todo e esta região não ficou fora disto. Mas mesmo assim houve uma melhora do ponto de vista da longevidade, onde tem vários itens da saúde, uma melhora também em vários pontos da escolaridade, uma maior presença da criança na escola, no ensino fundamental e no ensino médio, o que realmente já demonstra um avanço. Mas é preciso se fazer mais. Precisamos realmente ter uma condição de qualidade de vida nessa região, no mínimo na média do Estado de São Paulo.

Acho que esse é o grande desafio, mas sabemos que essa não é uma tarefa só dos prefeitos. Às vezes os prefeitos se sentem culpados, verificam lá que a cidade está num índice não adequado. Sabemos que a prefeitura pode fazer muito, mas é um trabalho conjunto, prefeitura, Estado, Governo Federal, a sociedade civil, o setor produtivo, todos produzindo uma agenda positiva. E ao mesmo tempo nós consideramos importante também: Fórum de Desenvolvimento discute desenvolvimento, apresenta o IPRS, que mede qualidade de vida e ao mesmo tempo apresentamos o PPA. O que é o PPA? Plano Plurianual de Ação, porque, de acordo com a lei, cada governo é obrigado a apresentar um

planejamento para os próximos quatro anos, de 2004 a 2007, das metas e dos investimentos que serão feitos. E estão previstos nesse PPA, encaminhado pelo Governador Geraldo Alckmin à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, investimentos de 30 bilhões de reais; não é pouco. Trinta bilhões de reais estão previstos, através de 215 programas e 1380 ações, resultado de recursos oriundos do Tesouro, das empresas estatais, e através dos financiamentos, por exemplo como a SABESP, as empresas concessionárias, e também recursos originários do que o Governador Geraldo Alckmin chama de PPP, que é a Participação Pública e Privada. Quer dizer, uma parceria pública e privada, com a iniciativa privada em diversos setores que estão detectados no PPA.

Então, achamos que esta não deve ser uma peça burocrática. Acho que quem concebeu esta exigência de termos PPA, depois as LDOs, e depois o Orçamento, é para que possamos ter um planejamento de médio prazo dos investimentos. Esse foi o objetivo. A Assembléia Legislativa quer discutir isso, porque nós entendemos que, na medida em que a ouvimos mais, temos uma presença maior da sociedade nesse processo de discussão, vamos errar menos e vamos aplicar melhor o dinheiro público, observando realmente as prioridades mais necessárias de cada região, de cada cidade.

Eram essas minhas palavras e quero solicitar dos senhores o seguinte: providenciamos um questionário que fala, num primeiro momento, da questão de desenvolvimento econômico. Gostaríamos muito que cada um dos que participam desse nosso encontro pudesse responder com critério este questionário e um outro que pede também alguns pensamentos com relação à nossa Assembléia Legislativa; de que forma nós podemos aperfeiçoar nosso trabalho, porque queremos ter também uma gestão cada vez mais transparente. Esse é o desejo da Mesa Diretora e de todos os deputados que representam São Paulo.

Quero agradecer a presença de todos e que a gente saia daqui com um conjunto de informações que possam nos auxiliar a tomar melhores medidas. Um grande abraço a vocês e muito obrigado pela presença. (Palmas.)

**O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCILD – O** questionário que o Presidente da Assembléia se referiu é este que se encontra encartado na

pasta que todos receberam. Há também um outro questionário que será utilizado logo a seguir para as perguntas e para as manifestações das pessoas da platéia.

Queremos registrar e agradecer as presenças do Prefeito de Itariri, Sr. José Neto Fernandes; do vice-Prefeito de Registro, Clóvis Vieira Mendes; Sr. Josué Mendes, Vereador de Registro; Sr. Francisco Ricardo Neves, Vereador de Registro; Sr. Sebastião Fernandes, Vereador de Registro; Sr. Luiz Fernando Barbosa, Vereador de Registro; Gregório Molero, representando o Deputado Marcelo Bueno; Sr. Eduardo Sodjusqui, engenheiro agrônomo representando o Prefeito de Apiaí; Sra. Kelly Aparecida da Silva, procuradora municipal, representando o Prefeito de Miracatu, Sr. Itamar Mendonça; Sr. Mário Sérgio Matsumoto, representando o Fundo de Desenvolvimento do Vale do Ribeira da Secretaria de Ciência e Tecnologia.

Convidamos os ilustres membros da Mesa para, neste momento, ocupar os primeiros lugares da platéia. Convidamos a Profa. Rovena Negreiros, pesquisadora do NESUR – Núcleo de Economia Social Urbana e Regional do Instituto de Economia da Unicamp para fazer a apresentação diagnóstica deste núcleo.

**A SRA. ROVENA NEGREIROS** – Bom-dia a todos.

Quero agradecer à Assembléia Legislativa de São Paulo pelo convite feito à Unicamp, particularmente ao Instituto de Economia, para estar contribuindo com a discussão sobre o desenvolvimento regional no Estado. Este núcleo de economia tem a tradição de estudar o Estado de São Paulo desde 1986. A universidade como uma universidade pública está prestando um serviço à sociedade, disponibilizando o seu conhecimento na medida em que isso pode ajudar a melhorar as condições não só de desenvolvimento econômico, mas também de desenvolvimento social.

A nossa apresentação coloca o papel do Estado de São Paulo no contexto brasileiro, mostrando a importância que o nosso Estado tem neste contexto brasileiro, e depois abre uma discussão para mostrar que a despeito de São Paulo ser o principal Estado na economia e também nos indicadores sociais brasileiros, ele é um Estado extremamente desigual.

Não preciso dizer a vocês que a expressão da desigualdade no Estado de São Paulo inclui também a região de Ribeira. Para mostrar essa desigualdade vamos usar o IPRS e

vamos estar falando também sobre as perspectivas que o PPA apresenta em parte para minimizar essas desigualdades, e em parte para alertar o público aqui presente, os gestores públicos, os administradores governamentais, sobre qual a importância que o PPA tem para um planejamento estratégico. Como bem disse o Presidente da Assembléia, a tônica desse PPA 2004-2007 também está assentada na parceria público-privado. Então, esse é o roteiro do que vou estar falando para os senhores aqui.

Essa perspectiva do papel do Estado de São Paulo está mostrando que São Paulo é a unidade mais desenvolvida da Federação, porém esse desenvolvimento não é homogêneo em termos regionais. A condição de São Paulo como unidade mais desenvolvida da Federação pode ser vista por esses indicadores que estão aí destacados, todos extremamente concentrados no Estado de São Paulo.

Não sei se a visibilidade está muito boa, mas quero destacar pelo menos alguns deles. O Estado de São Paulo representa 34% do PIB nacional, é um terço do mercado consumidor; sedia sete dos dez maiores bancos brasileiros e oito das maiores companhias de seguro do País. No ano de 1999, concentrou 45% dos investimentos estrangeiros diretos.

O que quero chamar a atenção no Estado de São Paulo em relação à desigualdade é que o Estado se caracteriza por apresentar uma situação de transição social. Se de um lado o Estado está bem próximo de superar as carências absolutas em termos de condições básicas, sejam elas de educação e saúde, por outro lado persistem ainda grandes desigualdades no acesso a essas condições sociais básicas. Estou chamando a atenção para educação, água tratada, saúde, coleta de lixo e habitação. Se olharmos para o Estado de São Paulo, essas condições são extremamente desfavoráveis mesmo para as regiões dinâmicas. Provavelmente, a região administrativa de Registro se olhar os seus números vai achar: “Nossa! Estamos muito abaixo da média do Estado”. Mas, se vocês forem para uma região rica como Campinas, ela também é uma região internamente desigual.

Então, o que quero destacar é que essa característica de transição social que o Estado de São Paulo apresenta é perversa na medida em que é o Estado mais dinâmico da Federação brasileira e ainda assim apresenta grandes desigualdades entre as suas regiões e internamente às suas regiões.

Outra questão que quero destacar sobre a questão da desigualdade é o excesso dado pela concentração das atividades das três regiões metropolitanas paulistas: a Grande São

Paulo, a Baixada Santista e a Região Metropolitana de Campinas. Essas três regiões concentram 63 e pouco por cento do PIB estadual. Há uma forte concentração da atividade econômica nessas três regiões. Pode-se ter uma noção de cada uma delas: na Grande São Paulo são 39 municípios; nove municípios na Baixada Santista e 19 municípios na Região Metropolitana de Campinas. São pouco mais de 50 municípios concentrando 63% do PIB. A concentração é fortíssima.

Se incorporarmos a essas três regiões metropolitanas o Vale do Paraíba e Sorocaba, que é o que a Emplasa considera como Complexo Metropolitano Expandido, a concentração é ainda maior. É quase 80% do PIB estadual. Isso é uma versão perversa do desenvolvimento desigual do Estado.

Quero chamar a atenção para esse aspecto para não ficarmos imaginando que São Paulo é a 10ª maravilha do mundo. Ele está entre as 10 primeiras maravilhas do mundo sob o ponto de vista do desenvolvimento não só da América Latina, porque muito dos indicadores do Estado de São Paulo são comparáveis a países desenvolvidos da Europa. De fato é uma posição relativa muito bem situada, mas quando olhamos internamente, vemos que não é tão homogêneo como esses países que se situam no mesmo patamar sob o ponto de vista internacional.

Essa enorme concentração serve para introduzir uma discussão sobre como medir o desenvolvimento. De 1990 para cá, a medida de desenvolvimento mais adotada foi o IDH, Índice de Desenvolvimento Humano, criado pelo Pnud e que possibilitou comparabilidade não só entre Estados, mas entre países, e depois o IDHM, que também permitiu a possibilidade de comparabilidade entre municípios.

Esse IDH é um indicador sintético que está assentado na riqueza, que é a renda “per capita”, na longevidade e na escolaridade. Sendo que a escolaridade pega duas variáveis.

Um outro indicador recentemente desenvolvido, sob os auspícios da Assembléia Legislativa, dá uma enorme contribuição para os gestores públicos ao apresentar um indicador um pouco mais complexo, com variáveis que permitem fazer correções de políticas ao longo do percurso dessas mesmas políticas. Assim, acho que a principal contribuição contemporânea que temos para os gestores públicos é a publicação do IPRS, que dá a radiografia da qualidade de vida em todos os 645 municípios através de uma

medida que contribui aí para avaliar as performances das políticas públicas governamentais que têm sido implementadas.

Quero chamar a atenção para um aspecto do IPRS, em especial para os prefeitos e vereadores que tomaram posse no ano de 2000. Os dados que aí estão refletem a administração anterior à dos senhores. O próximo IPRS ajudará neste último um ano e meio de governo que os senhores têm ao olhar o desempenho da sua administração. Esta é uma coisa importante. Esses dados que estão aí apresentados na publicação que a Assembléia Legislativa entrega para cada região estão se referindo aos dados anteriores a esta administração. Então, é uma perspectiva até de comparabilidade entre a administração que já passou e a administração atual, mesmo que ela tenha continuidade de administração: “Melhorei ou piorei? O meu esforço em melhorar os indicadores, ou de prestar melhores serviços à minha administração se verificou, ou não?”

Então, acho que esse índice contribui um pouco para olhar a performance que ainda tenha tempo de fazer novos esforços na seqüência deste último ano e meio. Quando olhamos o IDH, vemos que a situação do Estado de São Paulo está na classe do alto desenvolvimento humano. A pontuação vai de zero a um e a do Estado de São Paulo é 0,814. É uma performance bem interessante.

Quero destacar a vantagem do IPRS sobre o IDH. Quero fazer um parêntese. O Instituto de Economia não participou da formulação metodológica do IPRS, mas, ao analisarmos, identificamos algumas vantagens que o IPRS tem em relação ao IDH. Não estou fazendo a política de defesa do IPRS, mas estou chamando a atenção para aspectos sobre o conhecimento, sobre a pesquisa do Estado de São Paulo que identificamos para os gestores públicos.

A primeira vantagem que queria apresentar do IPRS sobre o IDH é a atualização do dado. A atualização do dado do IDH é decenal, porque é fortemente dependente dos dados censitários. Como o censo se realiza a cada dez anos, é um longo período para a atualização. São duas administrações municipais, duas administrações estaduais para que possamos saber o desempenho da política pública. A legislação instituiu a obrigatoriedade do IPRS em dois em dois anos, o que permite uma correção da política, que pode ser bem desenhada, mas pouco eficiente. Isso permite correção no curso ao longo de um determinado período.

Uma outra vantagem é com relação ao cálculo da média feito pelo IDH. Esse cálculo pela média dificulta uma avaliação real da situação do município. O IPRS gera indicadores de curto prazo, que usa fontes alternativas de dados, os registros administrativos e as estatísticas usadas para fazer a pontuação de cada município. Há um tratamento estatístico, chamado multivariado, que dá pesos. Na realidade, não se dá a mesma importância para a atividade econômica ou para os esforços sociais na mesma proporção que o IDH dá. Na característica metodológica do IDH há a variável de resultado, que caracteriza a situação do município decorrente do que ocorreu no passado, e a chamada variável de esforço, que caracteriza o esforço atualmente empreendido pelos municípios.

Conversando com técnicos da Fundação SEADE para entender melhor o que são essas variáveis de esforço, fui informada que boa parte são resultados fortemente dependentes da iniciativa do município, em especial a variável de esforço de longevidade e escolaridade. Ainda consideram que essa não é a melhor medida. Portanto, a mortalidade perinatal e a porcentagem de matrículas de ensino fundamental oferecida pela rede municipal ainda têm problemas. Nem todo mundo municipalizou o ensino fundamental. A variável de esforço do município nem sempre vai estar representada para aqueles municípios que ainda não estão com toda a rede de ensino fundamental sob sua administração. Estão revendo, mas essa é uma perspectiva em cima ou da Lei de Diretrizes e Bases da Educação ou da NOAS – Norma Operacional de Saúde, que também propõe uma descentralização muito grande em cima das políticas de saúde.

Mas, de qualquer forma, pensar uma variável de esforço para que meça não só o resultado final do desempenho da política dos três níveis de governo ou da ação da parceria público/privado, mas ter também uma variável própria do município, é uma coisa importante de ter no indicador dessa natureza. O que o IPRS permite? É uma extensa análise da situação socioeconômica de cada município para contribuir para o aprimoramento da formulação da política pública, assim como a definição das suas metas e prioridades.

Sabemos que as administrações públicas não têm dinheiro para fazer tudo. Somos um Estado na fase de desenvolvimento. Portanto, temos que ter metas. A nossa meta é dar educação para pelo menos 80% das crianças, é estabelecer prioridade ou na educação ou na saúde. Tudo é muito caro. Equipar um hospital é muito caro. Tem de ter prioridade, ver

onde o problema é mais grave, onde a iniciativa privada pode contribuir. Essa possibilidade de aprimoramento da formulação de política e definição de metas e prioridades que o IPRS permite é importantíssima para o setor público. O acompanhamento da evolução dos resultados, uma grande novidade já dos anos 90 para o IDHM e IPRS, é a perspectiva de fazer análises municipais e regionais.

Nós, que somos da academia, enfrentamos muito problema de ter acesso a dados que possam permitir interpretações sobre o que está acontecendo. Há uma escassez de dados no âmbito municipal muito grande. Informação é uma coisa muito preciosa para que possamos formular política, analisar política e desempenho. Ter indicadores que permitam isso é uma coisa poderosa. O esforço que a Assembléia fez nesse sentido de tornar lei e criar uma sistemática regular que permita aos municípios olhá-los no contexto regional é muito importante. Conhecer melhor a realidade em que atuam é uma ferramenta útil para os gestores públicos.

Já destaquei para os senhores que a pesquisa revela o que aconteceu até 2000, ano da posse dos atuais prefeitos; portanto, permite a eles ver o que pode melhorar a partir da realidade até 2000. Queria chamar atenção para os resultados que a pesquisa do IPRS entre 1997 e 2000 revelou. Na dimensão riqueza, a riqueza se manteve, mas a economia brasileira estava estagnada nesse período. Como o Estado de São Paulo é o Estado mais pujante, já se saiu muito bem só em se manter.

No caso dos indicadores sociais, tanto a longevidade como a escolaridade crescem no contexto estadual. Isso mostra que, a despeito da estagnação econômica, esforços na área social foram feitos que permitiram crescimento de desempenho das políticas sociais, em especial das políticas de saúde e educação. Claro que a longevidade tem a ver com saneamento, com condições de habitação, urbanização. Esforços nesse sentido, em especial ditados pelo município, mostram que a condição de longevidade fez crescer.

Registro ocupa a última posição no que diz respeito à riqueza, e não é nenhuma surpresa, afinal, historicamente, essa é uma região deprimida do ponto de vista econômico. Há alternativas? Há. Os senhores conhecem melhor do que eu, mas podemos discutir isso posteriormente. No que diz respeito à longevidade, a posição de Registro está melhor do que a Baixada Santista, que tem muito problema de saneamento. Na dimensão de escolaridade, a região de Registro também ocupa a pior posição. O que queria chamar

atenção nessa comparabilidade é que tradicionalmente a região do Vale do Ribeira já concentra municípios localizados em bolsões de pobreza. Apesar de estar conseguindo melhorar seus indicadores sociais, outros ainda mantêm a lógica perversa da pobreza.

O IPRS classifica os municípios em cinco grupos. O primeiro grupo é aquele que tem riqueza elevada e bons níveis de indicadores sociais. O segundo é aquele que tem níveis de riqueza elevada, mas não foram capazes de atingir bons indicadores sociais. O Grupo 3 registra a presença de municípios com nível de riqueza baixo, mas com indicadores nas demais dimensões bons. Aí estão classificados, e vocês vão ver uma tabela, os municípios de Registro e de Ilha Comprida.

O Grupo 4 agrega os municípios com nível de riqueza baixo, mas com níveis médios de longevidade e conhecimento. Também tem uma boa parcela dos municípios da região de Registro.

O Grupo 5 é aquele que está em pior condição. Nas três dimensões ele apresenta níveis baixos. Vamos ver um mapa da posição da distribuição dos municípios neste grupo. Então, se vocês olham a região do Vale do Ribeira, eles se concentram nos grupos 3, 4 e 5.

Na introdução, o locutor já falou do perfil da região para vocês. Queria destacar o potencial de turismo ecológico que a região tem. Uma outra questão importante é por abrigar diversas unidades de conservação com diferentes graus de restrição à ocupação, tanto populacional quanto econômica, que em certa medida pode parecer que compromete o desenvolvimento social, mas acho que os formuladores de políticas devem superar essa questão da preservação, com a impossibilidade do desenvolvimento. Existem canais e alternativas para que supere essa barreira ou essa dicotomia de que essa é uma região que tem diferentes unidades de conservação com diferentes graus de restrição ou ocupação da atividade econômica e por isso ela não tem possibilidade de se desenvolver.

O ecoturismo, por exemplo, é uma alternativa. Existem vários projetos de desenvolvimento para a região que estão em conflito com a política ambiental. Só para citar um deles, a questão da barragem das enchentes. Essa questão das enchentes é um problema sério para os municípios, porque a cada enchente que sofrem, têm que se reconstruírem.

A base econômica do município é majoritariamente agrícola. A maior parcela da população está em áreas rurais e em atividades agropecuárias de subsistência e extrativista e de pesca artesanal. Pelo fato de a região se caracterizar com essa base econômica, a

perspectiva de adoção de políticas de dinamismo da agricultura familiar é uma coisa importante.

Vocês também sabem que a banana, a erva-mate e o chá-preto são o carros-chefes dos produtos da região. O palmito de pupunha tem uma perspectiva importante. É preciso...

\* \* \*

- **Áudio incompatível com o texto degravado.**

\* \* \*

**O SR. ARNALDO JARDIM – PPS** – ...para ver na questão da restrição ambiental uma questão de oportunidades. Aí se construiu “pari passu” uma redefinição disso: foi num início do manejo integrado da caxeta; foi na adoção crescente do palmito pupunha; foi em vários passos que foram dados; foi enfrentar a questão do Valo Grande; foi nós reconceituarmos a possibilidade de integrar o nosso desenvolvimento com a faixa litorânea, quando se definiu o complexo estuário lagunar de Cananéia, Iguape e Paranaguá, um dos úteros do Atlântico, um dos cinco pontos de maior relação de biodiversidade que se têm na história dos nossos oceanos. Temos aqui na nossa região.

Esse processo todo imprimiu uma marca à região. Eu me orgulho de ver a sintonia entre aquilo que é mais do que um jargão – Fórum Legislativo de Desenvolvimento Econômico Sustentado – a sustentabilidade do desenvolvimento. Pensar de uma forma sustentada a questão ambiental. Eu destaquei os avanços e vou passar agora a falar daquilo que entendemos como desafio. Consideramos urgente que possamos definitivamente – o projeto sabemos, já há no governo e precisa ser submetido agora à nossa Assembléia – definir o macrozoneamento da região. Isso é indispensável. Que tipo de ocupação podemos fazer das várzeas? Como lidar com a possibilidade que temos, porque temos aqui a maior província mineral – citou a nossa professora – sediada nos arredores de Cajati. Que oportunidades isso significa de desenvolvimento? Queremos definir a questão do macrozoneamento e o Legislativo terá um papel decisório nesta questão.

Precisamos definir, sintonizado com isso, um novo conceito com relação à questão do manejo das áreas de preservação. Há áreas de diferentes graus de preservação. Em algumas não se poderá exercer determinado tipo de atividade. Em outras poder-se-á

conviver. Já há experimentos nesse sentido. O Ibama faz isso há um certo tempo. E nós precisamos de uma forma definitiva também, do ponto de vista da nossa legislação estadual, apreender esses princípios que vão multiplicar a possibilidade de desenvolvimento aqui da região.

Demos um passo – já foi citado aqui – importante na questão da piscicultura. Desenvolvemos muito a piscicultura. Avançamos aqui na região. E há uma referência no PPA, que é um dos objetos nossos de reflexão. No PPA se fixa o horizonte para que se ampliem os programas de piscicultura no Estado de São Paulo em até 480 hectares de espelho d'água. É esse o número que está fixado no PPA. No nosso entender é um número tímido, diante da possibilidade da região e diante da possibilidade do Estado como um todo, no plano da piscicultura.

Precisamos da atuação da Assembléia. Digo porque estarei engajado nisso. Tenho certeza de que estará também o Fausto, o Crespo, o Waldir Agnello e o nosso Presidente. Isso é importante que se celebre aqui, para que possamos ampliar no PPA a expectativa do programa de piscicultura.

Temos uma questão estrutural na terra. Começou como grupo de terra da Sudelpa e hoje é o Itesp, instituto que tem a responsabilidade de tocar a questão fundiária no nosso Estado. Sabemos que há toda a dinâmica da reforma agrária, de se arrecadar terras para se poder fazer o assentamento. Mas há uma dinâmica que é muito mais imediata, cara a nós, indispensável ao desenvolvimento. Uma das raízes históricas é o fato de não termos uma titulação aqui na região. Isso inibe investimentos e acaba causando uma situação de dificuldade.

Conseguimos avançar nessa questão de regularização dos perímetros urbanos, mas um número também que está no PPA, que é uma previsão dos próximos quatro anos, de fazermos 11 mil hectares de regularização, parece-nos um número que necessita avançar. Nós necessitamos avançar. Aqui, quando conversarmos, durante a exposição, ao longo do dia, temos possibilidade aqui, em alguns dados, de no município de Jacupiranga, ser dois mil hectares, Cajati mais três mil, Eldorado dois mil, Registro três mil, Iguape 800, 1.500 em Sete Barras, Barra do Turvo mais mil, e nós temos no Alto do Ribeira só perfazendo na região uma possibilidade de titulação, de regularização, de 14 mil hectares. Portanto, sabendo que o PPA é estadual, nós precisaríamos ter um avanço nesse sentido.

Do outro ponto de vista, a questão do turismo, que já foi mencionado aqui. Temos uma expectativa muito grande com relação a isso. Tanto o ecoturismo, de observação do que temos na nossa flora, fauna, as cavernas, como o turismo na área de aventuras. Nós já temos experiências aqui, as nossas corredeiras do Juquiá. É importante que essa questão mereça ainda que se ressalte ainda mais, do ponto de vista do PPA, na reflexão que nos convida a fazer aqui o nosso Presidente.

Do ponto de vista estratégico, ao lado da questão da titulação, ao lado da questão de, definitivamente, termos o macrozoneamento, e termos uma definição de manejo integrado das áreas de preservação, nós temos um desafio já incorporado pela região.

Demos um passo agora em agosto, quando tivemos o primeiro vestibular para curso público na região. Tivemos agora implantado um pólo avançado da Unesp, com curso de Agronomia. Temos a possibilidade de ter uma instituição pública que, multiplicados os cursos, é – naquilo que também já foi do estudo da Unicamp – uma referência para que a questão da educação venha de uma forma a assentar a presença e ser também instrumento implementador do nosso desenvolvimento.

A Assembléia Legislativa de São Paulo dá um passo fundamental – e queremos saudá-la por isso – com a questão do IPRS, o Índice Paulista de Responsabilidade Social. Apresentamos a situação da região como uma situação de destaque. Infelizmente, pelas dificuldades que temos, isso mereceu a atenção de todos os órgãos de comunicação. E queremos ver nisso uma oportunidade. Afinal de contas, o IPRS avança, e avança muito.

Num tempo anterior falava-se na renda “per capita”. Você comia dois frangos, ele não comia nenhum. E o índice “per capita” dava um frango para cada um. Como é que isso pode gerar algum tipo de definição pública? Depois veio o IDH, que agregou alguns outros aspectos do ponto de vista basicamente da longevidade e da renda, mas ainda insuficiente.

O IPRS é um índice ponderado e dá balizamento para que se possa realmente medir a qualidade da administração pública. O Presidente destacou na apresentação que tivemos na Assembléia anteontem, temos municípios de mesmo nível de renda, que têm situação social absolutamente distintas. Então, aí deixa de ser só a expectativa, e passa a ser um instrumental de análise concreta da capacidade e da eficiência de cada uma das políticas que são deflagradas em termos municipais.

Sonho com o momento em que o IPRS, além de ser essa referência, possa ser um indexador da destinação de recursos do Governo Federal e do Governo Estadual. Sem perder a possibilidade de que se tenha ação política. Mas há que se ter algumas determinações que sejam vinculadas automaticamente em virtude de dados objetivos da realidade.

A região do Vale do Ribeira tem uma história na Assembléia Legislativa do Estado. Poderíamos nominá-la talvez no momento em que foi feita a nova Constituição do Estado de São Paulo, em 1989. Naquele ano nós conseguimos incorporar a compensação aos municípios que têm área de preservação ambiental. Isso pesou no ICMS e tem ajudado de forma importante os municípios da região. Foi um trabalho das lideranças que aqui estão, que se engajaram e conseguiram, junto conosco, fazer que isso constasse na Constituição.

Colocamos um outro princípio e nele temos que caminhar. Há também ali a previsão de que os municípios que fazem reservação de água para abastecimento das regiões metropolitanas tenham uma possibilidade de ter uma compensação. Sabemos que a região metropolitana de São Paulo, que já bebeu na Cantareira, que já buscou água no Piracicaba, olha agora para a busca da água no complexo Capivari-Monos, dois rios aqui do nosso Alto. E nós queremos que essa regulamentação seja feita do ponto de vista da compensação dos municípios que têm área de reservação de água no seu território.

Do outro lado, temos a satisfação de saber que já buscou água – a referência feita pela professora – do Fundo de Desenvolvimento do Vale do Ribeira, e ele está no PPA. É um dos poucos fundos mencionados no PPA. Ele teve o seu nascedouro quando na Constituição conseguimos fazer o princípio constitucional e, mais recentemente, foi implantado.

Sobre o Fundo, temos muito a andar. O conceito do Fundo também incorporou aquele princípio do desenvolvimento sustentado. Por isso é que quando num primeiro momento o Governador Covas assumiu o compromisso de destinar aquilo que foi o preço mínimo para concessão de gás na região Sudoeste do Estado, e o Estado arrecadou 95 milhões, tinha-se que discutir de que forma esse dinheiro, que foi compromissado com o Fundo, deveria ser utilizado.

Qual foi a decisão tomada pela região, reconhecida pelo Governo do Estado? Metade dos recursos seriam destinados às obras públicas, e uma parcela pequena aos

municípios. Mais do que isso, nós incorporamos uma outra parcela para obras regionais – para terminar a integração por terra, rodoviária, para termos aqui o aeroporto de Registro, para termos a sinalização na barra de Cananéia e podermos recuperar a possibilidade de que os barcos que pescam por aqui não continuem a despejar o seu pescado lá em Santa Catarina, mas possam aqui aportar efetivamente, onde fazem a sua colheita.

Temos um outro lado, e aí a sabedoria do conceito do desenvolvimento sustentado. Em vez de simplesmente partilhar, do ponto de vista de instituições públicas, deliberamos que metade dos recursos deveriam ser destinados a subsidiar, fomentar recursos da iniciativa privada, que deveria ser implementada. Essa implementação está muito devagar, está muito difícil de ser feita, está muito demorada, está muito burocratizada, está inviabilizada na prática. É por isso que queríamos contar com a ajuda de todos aqui. Espero que este Fórum seja um momento de reforçar nessa luta, para que essa implementação possa efetivamente se fazer.

Portanto, a Assembléia, com o conceito de compensação, criando o Fundo, com cada uma dessas atitudes, teve compromisso e marchou ao lado do Vale do Ribeira. O Presidente nos convida a todos a sonhar e a realizar, e é isso que queremos reafirmar neste encontro, parabenizando a Assembléia Legislativa pela iniciativa e parabenizando as lideranças que aqui acorrem, que têm consciência da sua função pública.

Obrigado. (Palmas.)

**O SR. SIDNEY BERALDO – PSDB** – Obrigado pelas palavras, Deputado Arnaldo Jardim. Mais uma vez lembrando: não esqueçam de responder o questionário que se encontra anexo na pasta que todos receberam, e também procurem já formular suas questões através dessa filipeta. Lembrando também que todos os dados aqui comentados e apresentados pela Prof<sup>a</sup>. Rovena se encontram disponíveis no site da Assembléia Legislativa – [www.al.sp.gov.br](http://www.al.sp.gov.br)

Dando continuidade aos comentários dos Srs. Deputados, nós, em função da exigüidade do tempo, vamos estipular em cinco minutos, limitando o tempo das manifestações e comentários dos Srs. Deputados. Após os comentários dos deputados teremos os comentários e manifestações dos Srs. prefeitos aqui presentes.

Passo a palavra ao nobre Deputado Waldir Agnello.

**O SR. WALDIR AGNELLO – PSB** – Boa-tarde a todos.

Quero, em especial, cumprimentar o Presidente da Assembléia Legislativa, nobre Deputado Sidney Beraldo. É uma honra poder fazer parte desta Legislatura, comandada por tão insigne pessoa que é o Deputado Sidney Beraldo. Sr. Prefeito Samuel, muito prazer em conhecê-lo – não o conhecia ainda. Parabéns pelo trabalho que realiza aqui. Nosso 2º Secretário da Assembléia Legislativa, Deputado Caldini Crespo, é uma honra poder estar a seu lado também. Vereadora Abigail, na pessoa de quem quero cumprimentar todos os vereadores e vereadoras aqui presentes.

Deputado Arnaldo Jardim, não é justo o que fizeram comigo: falar logo após sua brilhante exposição. Parabéns! Demonstra não só conhecimento mas também habilidade com as palavras. Quem dera eu um dia poder ter tamanho conhecimento assim. Parabéns! Acho que o auditório foi abrilhantado aqui com a exposição de Vossa Excelência. Deputado Fausto Figueira, meu conterrâneo lá de Santos, também um grande deputado. Profa. Rovena que, com seu conhecimento, sua técnica, sua vontade de trazer para nós informação, enriqueceu muito minha vinda particularmente aqui, e tenho certeza que a de todos. Dr. Rodolfo, que representa aqui o Deputado Arnaldo Madeira. Prefeito Décio, que também está aqui. Pediram-me também para fazer menção da ausência do Deputado Marcelo Bueno, que atua bastante nesta região aqui e que não pôde vir por questões de saúde, mas pediu que transmitíssemos também a saudação da parte dele.

Hoje considero este auditório seletivo por dois motivos bem particulares: em primeiro, pela importância que vocês têm na sociedade e, em segundo, pela disposição que vocês estão demonstrando em aprender, em obter conhecimento. Nesse papel de aprender e obter conhecimento, vocês se colocam como pessoas diferenciadas, buscando com certeza a melhoria de vida não só própria, mas também a do seu próximo.

Sr. Presidente, sinto-me muito feliz por poder fazer parte deste Fórum, em específico porque no dia 24 de abril do corrente ano protocolei, e foi aprovado na Assembléia Legislativa, um requerimento solicitando que fosse instituída uma comissão de representantes nessa região – está aqui cópia desse documento –, tendo a Assembléia Legislativa aprovado a constituição de uma comissão especial para que pudéssemos verificar as reais condições socioeconômicas dessa região, bem como desenvolvermos

projetos e propostas para colocá-la numa rota de crescimento e desenvolvimento econômico. Sinto-me feliz por eu ser contemplado com este Fórum, que vai ao encontro desse meu requerimento, dessa minha proposta.

O papel do legislador é não só fiscalizar, mas também fazer proposições e apresentar projetos que possam realmente trazer o desenvolvimento econômico. É, nesse sentido, que me sinto útil. É, nesse sentido, que nós, legisladores, nos sentimos úteis e por podermos fazer do nosso voto a responsabilidade cidadã que todos nós temos.

No dia de ontem, e no de anteontem também, estive acompanhando a comitiva do Governador, quando tivemos momentos bastante efusivos que todo político quer ter – você, vereador, vereadora, deputado, deputada, prefeito, prefeita –, que é aquele contato imediato com o povo, quando se entrega uma viatura policial, se inaugura uma ponte, se inaugura uma estrada, um aeroporto, se assinam decretos e convênios, verba para hospital. Este é o lado em que todos os políticos gostam de atuar. Todos nós queremos dar isso ao povo. Quando nós nos reunimos para fazer um planejamento das nossas atividades – e falo novamente sobre o privilégio que vocês estão tendo –, estamos aprendendo para planejar nosso desenvolvimento econômico.

Conhecermos a vocação dessa região e trabalharmos na direção dessa vocação é um privilégio. Precisamos conhecer para poder crescer. O privilégio de transformar esse conhecimento em desenvolvimento econômico é algo ímpar, é algo que nós todos não podemos deixar de aproveitar. Há um ditado que diz que toda água que passa por debaixo da ponte, toda flecha disparada e toda oportunidade perdida jamais voltarão. Então, nós todos estamos aproveitando bem essa oportunidade aqui.

Quero fazer uma reflexão para encerrar minhas palavras. Se pegarmos tudo que ouvimos aqui hoje, tudo que nós ouvimos das técnicas, das propostas, mas não transformarmos isso em novos negócios, em desenvolvimento econômico, de nada vai ter adiantado a informação que recebemos aqui. Para essa região crescer é preciso que saíamos do discurso para a prática. É preciso que a gente saiba interpretar os dados que aqui foram apresentados e prospectar negócios com essas informações que recebemos aqui. Potencializar a região, através dessas informações ricas que a professora apresentou aqui, através do trabalho do Instituto Econômico. Precisamos, dentro dessas informações, trazer

desenvolvimento para a região, e isso não faremos se não arregaçarmos as mangas, se não trabalharmos de fato nessa direção.

Então, senhores e senhoras, parabéns. Fazendo uso de uma das frases daquele cartaz – “O direito de sonhar” – quero encerrar minha palavra fazendo a citação de uma frase de Victor Hugo, grande escritor francês, que disse: “Não há nada melhor que um sonho para se criar o futuro”. Vamos todos sonhar com uma região melhor, mais desenvolvida, e uma qualidade de vida melhor. Muito obrigado.

Quero também, em nome do Presidente que acabou de me falar da importância de eu ter envolvido os pastores que convidei, dizer que vieram mais de 20 pastores aqui da Igreja Quadrangular da Região. Estiveram presentes prestigiando nosso trabalho, não o trabalho do deputado, mas de todos nós. O Presidente Beraldo me dizia: “Deputado, convide nos outros fóruns também, porque é muito importante a presença dos pastores, que também têm responsabilidade social”. Você já pensou que onde há um trabalho desenvolvido por uma igreja – seja a denominação que for – há ali uma proposta de vida melhor, a recuperação de famílias, de drogados, uma palavra amiga. Isso também é responsabilidade social.

Estamos juntos, Presidente, em todo esse trabalho que V. Exa. tem feito na Assembléia Legislativa. Pode contar com a igreja, que também faz parte da sociedade e contribui para o desenvolvimento da mesma.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. SIDNEY BERALDO – PSDB** – Passamos a palavra ao Deputado Fausto Figueira.

**O SR. FAUSTO FIGUEIRA – PT** – Quero saudar o Prefeito Samuel e, saudando o prefeito, também todos os prefeitos aqui presentes, os meus companheiros Deputados Crespo, Waldir Agnello, Arnaldo Jardim. Quero justificar a ausência da Deputada Maria Lúcia Prandi, minha companheira do Partido dos Trabalhadores, que hoje teve revisão de uma cirurgia e não pôde aqui comparecer.

Não existe democracia sem oposição. Faço oposição ao Governo Geraldo Alckmin, na Assembléia Legislativa. É importante que meditemos sobre algumas questões que estão

contidas neste livro que nós todos recebemos. Gostaria de chamar a atenção para algumas questões.

Em primeiro, nós, como a nossa professora colocou aqui, estamos hoje realizando este Fórum, que julgo ser um instrumento importante para que a gente valorize de algum jeito a Assembléia. Fico freqüentemente perguntando qual o papel que a Assembléia pode ter. Na medida em que somos responsáveis pela aprovação do Orçamento do Estado de São Paulo, seguramente podemos implementar fazendo dotações orçamentárias.

O Deputado Arnaldo Jardim me chamava a atenção para o que julgo extremamente importante que é a questão da regionalização do Orçamento. Como é que vamos reverter estes dados que temos aqui nas mãos que mostram que essa região administrativa de Registro tem os piores índices de indicadores sociais do Estado de São Paulo.

Isto é um diagnóstico. Dos 14 municípios, três estão no chamado Grupo 3 e dois no Grupo 4, 5, que mostram que temos os piores indicadores de riqueza, longevidade e escolaridade. Isto é um dado, é um fato. Não dá para brigar com esse fato. Por mais que isso seja desagradável para cada um de nós que mora nessa região, isso é um fato. É um fato que é consequência a rigor de algo que está escrito com a responsabilidade e assinado pela Assembléia Legislativa, pelo Presidente da Casa e por todos nós. Está aqui na página 20, onde mostra: “quando comparada às demais regiões administrativas do Estado, a região de Registro ocupa o último lugar no ranking de investimentos”.

Ora, de outubro de 96 a outubro de 2002, que é o objeto dessa nossa discussão, os investimentos anunciados foram destinados à indústria de alimentação, bebidas e setor de comunicações. Percebe-se a inexistência de investimentos em segmentos estratégicos da região, como agronegócio, melhoria do sistema viário, transportes, saneamento, habitação, gerenciamento de recursos hídricos e desenvolvimento tecnológico. Este é o diagnóstico.

Meus companheiros, sou médico, sou cirurgião. Feito um diagnóstico, impõe-se tratamento. Não adianta. Isto não é academia para discutirmos teoria. Mas feito um diagnóstico de que essa região não recebeu investimentos em todas essas áreas, é nosso papel, enquanto legisladores, revertermos essa situação.

Estamos aqui e o Fórum não pode criar falsas expectativas. É fundamental que a Assembléia saia do “Palácio 9 de Julho” e realize isso que o Presidente Sidney Beraldo está fazendo hoje, que é ter esse contato. Porém, não podemos criar falsas expectativas. Vamos

fazer tratamento dessa região mais miserável do Estado se invertermos prioridades. Na medida em que discutimos o PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, na hora de destinarmos verbas para o Orçamento, se houver vontade política do Governo e da Assembléia, e cabe a cada um de nós que aqui está, devemos inverter investimentos. Vamos reverter essa situação de penúria desta região onde estamos.

Quero chamar a atenção: o que resultou da falta de investimento? Dos 14 municípios da região, 10 ficaram mais pobres. Isto é um dado que está escrito aqui. Dos 14, 10 empobreceram. É preciso reverter isso.

Feito esse diagnóstico, qual é o compromisso que temos? É de lutar de uma maneira absolutamente concreta, somando esforços de oposição e de situação, de deputados de diferentes partidos, acima das diferentes ideologias políticas. Temos que somar esforços e transformar o nosso discurso em prática, dotando essa região, para que ela deixe de ser a mais miserável do Estado de São Paulo.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. SIDNEY BERHALDO – PSDB** – Tem a palavra o Prefeito Samuel Moreira, Presidente do Codivar e Prefeito do Município de Registro.

**O SR. SAMUEL MOREIRA** – Boa-tarde.

Vou procurar ser muito breve. Quero destacar a iniciativa do Presidente da Assembléia, Deputado Sidney Beraldo; cumprimentar a Abigail, Presidente da Câmara; os demais vereadores; o Deputado José Crespo, deputado aqui da região comprometido há muito tempo conosco e que ajuda muito o Deputado Arnaldo Jardim; o Deputado Fausto Figueira; o Deputado Waldir Agnello, é um prazer tê-lo conosco, pois é mais um aliado; o Sr. Décio Ventura, em nome de quem cumprimento todos os prefeitos; o Sr. Rodolfo Piano, assessor do Secretário da Casa Civil; o Sr. Arnaldo Madeira; a Profa. Rosana Negreiros e todos os demais convidados aqui presentes.

Acho que é desnecessário destacar mais uma vez o potencial da nossa região, as qualidades que ela têm. Impressiona-nos as riquezas naturais, todas as possibilidades que temos de conquistar uma qualidade de vida adequada aos níveis de outras regiões do Estado de São Paulo, e até melhor.

Temos a possibilidade de que essas riquezas possam beneficiar, e muito, uma bacia hidrográfica definida de vertente costeira. Temos o mar à beira da nossa região, temos uma qualidade de água doce extraordinária em quantidade, águas superficiais em abundância para desenvolver a economia da nossa região, qualidade de ar extraordinária, porque temos uma Mata Atlântica preservada, e, com isso, a condição de uma melhor qualidade de vida; ocupação do solo ainda não tão inadequada como das regiões metropolitanas, gerando bolsões de conflitos, favelas, habitações inadequadas, com a possibilidade de ocupar o solo de maneira adequada para habitações e para o desenvolvimento da economia. Então, temos muito pela frente e muitas possibilidades e desenvolver na região um potencial econômico na agroindústria, no turismo. Enfim, todos vocês sabem disso, e, a partir daí, temos muita esperança no futuro.

É evidente que, a partir desse diagnóstico, dessa iniciativa e dessa ferramenta de trabalho, permite-se não só aos prefeitos, mas a todas as lideranças regionais do setor público, do setor privado, mesmo do terceiro setor, das ONGs, contribuir efetivamente para melhorar esses indicadores que geram o avanço do ponto de vista do IDH, que, através da ONU, permitiu aos países, aos Estados, terem a sua referência. A Assembléia nos permite um indicador melhor, com mais possibilidades de referência, para que possamos melhorar a nossa região. É um instrumento de trabalho, sobretudo para os governos Estadual e Federal. É um instrumento de trabalho para os deputados que interferem com independência em políticas públicas, aprovam os orçamentos, o Plano Plurianual, e permitem, aí, sim, ao governar, ao legislar, o Executivo e o Legislativo do Estado de São Paulo diminuírem as diferenças regionais. Quer dizer, todo deputado tem a sua região, a sua vocação ali de defender a sua região. Através desse instrumento, numa combinação adequada, permite-se à Assembléia também diminuir as diferenças regionais e identificar as necessidades de investimento em outras regiões.

Por que nos encontramos assim? Toda a nossa região gostaria muito de estar no Grupo 1. Aí, há necessidade, realmente, a partir desse diagnóstico, de um esforço concentrado. Há muitos projetos para a região e muita necessidade de que esses projetos andem. É preciso que se tenha uma visão mais integrada da região que nos permita melhorar alguns indicadores essenciais para a qualidade de vida, que já foram levantados aqui pelo Índice de Responsabilidade Social.

A duplicação da Rodovia do Brasil é um projeto em andamento. Conquistamos, nos últimos sete anos, 150 km dos 200 necessários para se ir de Registro a São Paulo. Se olharmos as cidades com melhores índices, elas estão em eixos de rodovias duplicadas e nós aqui ainda não concluímos um projeto, que é o da duplicação, que é uma das estruturas necessárias para o desenvolvimento econômico de qualquer região. Precisamos resolver isso, fazer essa duplicação. Não pode um projeto desses demorar 40 anos, como demorou e continua demorando.

Existem alguns projetos que vamos conquistar resultados a longo e médio prazo. A universidade instalando-se na região, como se instalou a Unesp, com mais cursos ano que vem, isso permitirá um avanço. Avançar na municipalização da educação foi um grande conflito na nossa região. O Prefeito Décio, que é um grande prefeito, avançou bastante na questão da educação. Municipalizou antes de outros prefeitos, e outros foram municipalizando. Nós aqui, em Registro, estamos bem avançados na municipalização, dando uma demonstração de que a escola municipal hoje está muito melhor que a estadual e até a particular. São projetos que precisam continuar. O governo precisa continuar fortalecendo esses projetos, estimulando e articulando.

A professora colocou muito bem aqui que temos uma vocação na agricultura familiar. Até discutimos isso no nosso consórcio. Precisamos ter um programa, a exemplo do que foi o programa Saúde da Família. Conversávamos com o Covas e ele disse: “Prefeito, vou implantar o Qualis aqui”. O Qualis só existia na Capital, que era o programa Saúde da Família, onde o Governo Federal paga uma parte e o Governo Estadual pagava a outra. Mas pela dificuldade que as prefeituras tinham de implantar o programa, o Covas foi e bancou o programa nessa região. Implantou 44 equipes de Saúde da Família, permitindo assim atender 60% da população do Vale do Ribeira. Precisamos mais. Mas precisamos ter um programa como esse na agricultura. Por que não podemos ter um programa de agricultura familiar com assistência, dando extensão? Quer dizer, técnicos visitando, fortalecendo a agricultura familiar tão importante para a nossa região.

São programas que permitem mudar os indicadores, mas precisam ser feitos. Vem sendo feita muita coisa. Está aí o aeroporto que vai melhorar as condições da região. Acredito que o Deputado Fausto até comentou sobre alguns investimentos na área privada. O setor público tem feito muito investimento na região e os resultados serão alcançados, a

médio prazo: aeroporto, a própria duplicação que vem vindo. São muitos os investimentos que o Governo tem feito na área de Saneamento Básico e na área da Saúde. Mas é preciso fazer mais e melhor direcionados.

Acho que o Deputado Arnaldo Jardim colocou bem todas as questões apresentadas. Quero resumir, dizendo do “Fundo do Desenvolvimento do Vale do Ribeira”.

Mário Covas veio aqui e disse: “Vou criar um fundo de desenvolvimento, vou pôr dinheiro lá para desenvolvermos a região”. Vendeu a Comgás, pegou o preço mínimo, 95 milhões, no ano de 2000 e disse: “Vou colocar a metade, 47 milhões e meio para a infraestrutura pública e 47 milhões e meio para o setor privado. Vou dar financiamento barato, vou estimular a economia da região através de financiamento barato, diferenciado, para o setor privado poder aquecer a economia, gerando emprego para as pessoas”.

Essa foi a idéia e ele fez isso. Só que estamos vendo o Fundo de Desenvolvimento andando devagar e desarticulado. É preciso ter mais foco. É preciso pegar esse Fundo e começar a medir o seu andamento e acelerar.

Dos 47 milhões e meio, foram emprestados apenas oito milhões para o setor privado. Então, o setor privado só teve acesso a oito milhões até agora, desde 2000. Quer dizer, essa situação precisa caminhar mais fortemente para poder desenvolver a economia. E vários recursos do fundo foram para infra-estrutura de maneira adequada, como o aeroporto e as entradas que interligam.

É preciso pegar esses projetos, criar mais alguns e focar na região para poder diminuir as diferenças regionais fazendo com que o Vale do Ribeira tenha um tratamento diferenciado por ser diferente. Tem de tratar diferente os diferentes, não dá para tratar igual.

Precisamos fortalecer a política da municipalização, da agricultura, das nossas vocações para o turismo através de uma visão que o governo possa, integradamente, conosco, com a Assembléia Legislativa, alcançar os indicadores necessários e vencer esse desafio.

Acredito nisso. Parabenizo a iniciativa. Acho que tanto a Assembléia Legislativa, quanto a Unicamp, estão nos dando uma oportunidade a partir de agora, com esse instrumento de maior precisão, e talvez no tempo até outros indicadores possam ser agregados para aprimorar, porque qualidade se atinge medindo indicador. Não dá para dizer

que tem qualidade sem ter indicadores, para que possamos melhorar a qualidade de vida da população do Vale do Ribeira.

Parabenizo o Deputado Sidney Beraldo e agradeço a iniciativa, que vai ao encontro dos interesses da nossa região.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCCHILD –** Abriremos, a partir de agora, espaço para as manifestações dos senhores prefeitos que se encontram presentes.

**O SR. DÉCIO JOSÉ VENTURA –** Quero cumprimentar a Mesa em nome do Presidente da Assembléia, Deputado Sidney Beraldo, bem como os demais presentes, em nome do nosso Prefeito anfitrião Samuel.

Sem dúvida alguma, é um indicador extremamente interessante e conseguimos compará-lo com outros indicadores, com o próprio IDH, com o atlas de exclusão social, e todos eles apontam, efetivamente, para o mesmo caminho. Ou seja, o problema da nossa região, mais do que tudo, Srs. Deputados, é a falta de atividade econômica. Nesse sentido, temos de observar algumas coisas.

A primeira coisa diante de tudo o que foi falado, diante do direcionamento estratégico dessa região que também foi apontado, vai ao encontro do turismo sustentado e mais: vai ao encontro do aproveitamento do potencial natural dessa região, e percebemos que estão faltando instrumentos.

Diante de todos os instrumentos que temos, ainda faltam instrumentos exatamente porque essa região é diferenciada.

Se formos ver como se dá a distribuição do “bolo” de recursos arrecadado pelo Estado, que é o ICMS, vai se dar, na verdade, uma fatia maior para quem agrega mais e uma fatia menor para quem agrega menos. É o caso do Vale do Ribeira: vai receber uma fatia menor para esses recursos.

Mais ainda se a nossa vocação aqui é o turismo sustentável, acho que temos que verificar lá o que está sendo feito com as estâncias.

Temos aqui na região quatro estâncias: Ilha Comprida, Eldorado, Iguape e Cananéia. Dessas instâncias uma é turística e três são estâncias balneárias: Cananéia, Iguape e Ilha Comprida e a estância turística de Eldorado.

A Assembléia, há alguns anos, instituiu o Fundo de Desenvolvimento de Estância. Se o nosso potencial aqui é turismo ecológico, ecoturismo, por que não a própria Assembléia colocar nessa esteira dos três tipos de estâncias que temos, que são as turísticas, as climáticas, as hidrominerais, a ecológica? Isso traz recursos. Traz recursos para a infraestrutura do município, porque para o município receber turistas tem de ter infra-estrutura dentro do município.

Mais ainda: temos um outro dispositivo que está na Constituição do Estado de São Paulo: o Artigo 200. Como vamos fazer uso desse Artigo 200? “Ah, mas já tem o Fundo de Desenvolvimento do Vale do Ribeira!” Ele se destina a recursos para fomento.

O Prefeito Samuel levantou aqui a questão de termos um programa para a agricultura parecido com o programa para a Saúde da Família. Perfeito, é isso que precisamos. Mas para fazermos a ligação de tudo isso falta uma coisa. É verdade, temos as nossas universidades produzindo conhecimento, só não temos um eixo de ligação entre esse conhecimento produzido e as pessoas que precisam desse conhecimento, que estão lá na ponta.

Então, podíamos regulamentar o Artigo 200 da Constituição Estadual, exatamente no sentido de que aquelas tecnologias que foram desenvolvidas fossem colocadas à disposição das pessoas dessa região. Isso é desenvolvimento sustentável.

Roberto Campos dizia que estatística é como um “biquíni”: “Ele mostra tudo, só esconde o essencial”. O que vemos é o seguinte: todas as estatísticas apontam, efetivamente, para a questão da geração de economia para a nossa população local. Estamos percebendo que os programas que estamos criando não estão sendo efetivos. O problema maior dessa região, que outros indicadores acabam apontando, é a questão da juventude. Os números demonstram claramente isso. Estamos preparando os nossos jovens e nossos adolescentes para quê? Esses meninos hoje estão indo para o que se chama hoje da nova exclusão. Por quê? Porque não temos tecnologia para eles aplicarem e fazer economia aqui na região.

V. Exa. citou o macrozoneamento. Estamos com problemas com o macrozoneamento.

Quando os senhores aprovaram a Lei do Gerenciamento Costeiro, isso acabou escapando das mãos dos senhores. Isso agora está nas mãos dos técnicos da Secretaria do Meio Ambiente, escapou das mãos dos senhores porque isso vai ser um decreto estadual, não vai mais passar pela Assembléia. Os senhores já criaram a lei, agora isso vai ser um decreto.

O que temos hoje – até pelo que houve na reunião em Miracatu – é uma lei federal, é o sistema nacional de unidades de conservação e que diz claramente para que serve cada uma das unidades de conservação.

O que se vem tentando fazer com o macrozoneamento aqui na região, pela última reunião que tivemos em Miracatu, é o seguinte: as regiões que estão fora das áreas dos parques, das unidades de conservação, através desse instrumento eles tentam congelar um pedaço maior do Vale do Ribeira ainda para preservação.

Há que se fazer só um diferencial: preservação e conservação. O que queremos para esta região, fora das áreas de parque, é conservação. Nós temos de usar o nosso potencial e isso não dá para continuar admitindo.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR.** – Queria dar um aparte ao Décio por conta de uma fala da Profa. Rosana Negreiros, quando citou a questão da barragem. Ela citou que as cidades têm de se reerguer por conta das enchentes.

Então, as enchentes têm um agravante violentíssimo na nossa região, do ponto de vista social e econômico, destrói a nossa principal economia, que é a agricultura, e a barragem passa a ser uma questão definitiva. Ela precisa ser resolvida. Somos favoráveis à construção da barragem. Já discutimos isso muitas vezes e o próprio Comitê de Bacia – e o Décio é o Presidente – discutiu isso com muita profundidade. É um organismo que tem legitimidade porque a sociedade civil participa, o governo participa e deliberou, pela grande maioria, pela construção da barragem.

Precisa-se definir essa situação também, para que a região possa, efetivamente, se desenvolver também do ponto de vista de sua economia e do ponto de vista social.

Então, só queria incluir isso no seu pronunciamento.

**O SR. DÉCIO JOSÉ VENTURA** – Pensei que você estava pedindo para eu parar, porque eu tinha mais coisas para colocar.

**O SR.** – Não, pelo contrário. Pode continuar.

**O SR. DÉCIO JOSÉ VENTURA** – Não, depois a gente...

**O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCILD** – Vamos ouvir agora o Prefeito de Pariquera-Açu, Orlando Milan.

**O SR. ORLANDO MILAN** – Boa-tarde a todos, Sr. Presidente, Samuel, em nome de quem cumprimento a todos da Mesa.

Acho louvável a atitude da Assembléia Legislativa, do Presidente Sidney Beraldo, de trazer a Assembléia Legislativa para a discussão dos problemas das regiões do Estado de São Paulo.

Tenho dificuldade de dar um passo à frente quando não cheguei até aqui, deputado, porque temos aí o “Fundo de Desenvolvimento do Vale do Ribeira”. O diagnóstico que o deputado fez sobre a nossa região, estamos carecas de saber. Sabemos tudo o que precisamos. Faz tempo. Vem andando, não podemos negar, mas muito lentamente. O que é que precisamos para tocar o desenvolvimento? Dinheiro! O que é que nós temos desde que foi vendida a Comgás? Dinheiro! Só que ele não chega aqui. (Palmas.) Acho louvável mais este Fórum para desenvolver a região, para que os deputados acompanhem, porque agora vamos ter mais uma força e para descobrir outras fontes de recursos, porque esses 95 milhões são nossos, mas há uma dificuldade muito grande de chegar. Fico desconfiado da forma de como se administrar no Brasil. Quando se tem dinheiro, ele não chega. Fico muito desconfiado se estamos administrando da forma certa o Brasil, um país com tanto potencial, e ver tantas coisas erradas, que não vou mencionar.

O primeiro recurso que chegou aqui, deputado, desse dinheiro da Comgás, levou dois anos. Dois anos é muito tempo para quem sabe fazer as coisas, ou seja, estou

desconfiado de que não sabemos fazer as coisas direito, porque o duro é ter dinheiro e quando tem, ele não chega?!

A parte burocrática mencionada pelo Samuel e outros, o entrave que se faz, mostra que não sabemos desenvolver essa parte.

Há quanto tempo falamos que o Vale do Ribeira está para trás e vamos descobrir formas. Tudo bem, na área da Saúde foi dado um passo importante. Na área da Educação, se quisermos, pode ser jogada uma quantidade maior de dinheiro que terá um resultado mais forte.

Os empreendedores estão aí. Sabemos da dificuldade em relação às escrituras dos nossos terrenos. Não se pode tratar aqui da mesma forma que em outros lugares. Entrou a Caixa Econômica no meio, exige tudo que se pede em outros lugares, e aqui a documentação é diferente. Dificulta muito. Quantos desistiram de fazer o seu empreendimento? Como é que podemos falar em desenvolvimento se daqui a dez anos estará acontecendo a mesma coisa?

Um governo que quer realmente imprimir um desenvolvimento e tem recurso para isso... e o pior, o recurso, na verdade, a Fazenda utilizou em outras partes. Não podemos ficar fazendo reuniões uma atrás da outra para falar em desenvolvimento quando temos de fazer as reuniões pequenas dos prefeitos para pedir para o Governador liberar mais quinze milhões para nós quando o dinheiro já existe. Não deveria ser assim. Nós tínhamos de estar aqui fazendo reuniões para discutir outras coisas. Não podemos parar de fazer reuniões, a reciclagem entre nós tem de ser constante, nós temos de buscar mais alternativas. Agora, ficar falando a mesma coisa todo o tempo? Pensa que não é cansativo vir aqui de sábado para tratar sempre do mesmo assunto? Que proposta vamos desenvolver? Espera lá. Vamos sim, mas deixa eu dar o passo anterior para chegar aqui, porque eu não cheguei. Ficar fazendo reuniões, o Deputado Arnaldo Jardim pedindo para o Sr. Governador. Teve um fórum aqui em Registro e o desenvolvimento? Está bom, faz quantos meses? Agora, temos de ir lá de novo pedir para o Sr. Governador liberar mais quinze milhões pelo menos para os municípios? Não é possível um negócio desses. Não é possível ficar patinando sempre quando já tem um dinheiro para isso.

Aproveitando a oportunidade, daí a validade desse momento, é que mais deputados juntem-se ao Deputado Arnaldo Jardim para fazer vir o dinheiro que já é nosso. Estamos cansados de falar isso.

Um abraço. Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCCHILD** – Mais algum prefeito?

Então, a partir de agora, abrimos espaço para os representantes das entidades presentes. Eu pediria que se identificassem, por favor.

**O SR. ARLEI MACEDO** – Sou Presidente do Grupo Regional de Coordenação do Gerenciamento Costeiro do Vale do Ribeira e vice-Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica de Ribeira de Iguape, litoral sul. Nesse ponto, trabalhando bastante junto com o Décio.

Outra coisa citada é a participação da universidade. Eu sou professor da Universidade de São Paulo e representante da universidade nesses colegiados como representação da sociedade civil.

O que quero levantar aqui é que existe necessidade primeiro de compreensão e depois de atuação em relação à participação desses colegiados. Esses dois colegiados têm a maior representatividade, porque é uma representatividade dos três segmentos: das prefeituras, dos órgãos do Estado e da sociedade civil, e na sociedade civil nós temos representação de entidades empresariais, sindicatos, organizações ambientalistas, organizações de moradores, ou seja, todo o Vale do Ribeira está representado.

Além da representatividade, nós temos nos colegiados uma representação do conhecimento técnico-científico a partir de todos os técnicos desses segmentos que participam e também do conhecimento que vem da ação política, a partir das lideranças, e do conhecimento popular, a partir das associações de moradores e de todos os outros.

Esses colegiados, na verdade, são uma representação muito pacífica, porque neles obrigatoriamente os interesses estão representados. Quando falamos em macrozoneamento, por exemplo, o que ele faz? Ele define para uma determinada região quais são os solos possíveis e nesse ponto existe um conflito óbvio entre aqueles que pretendem fazer o

desenvolvimento da região e aqueles que pretendem a preservação ambiental. Os dois interesses são legítimos e cabe à sociedade definir qual desses interesses deve prevalecer.

Nesses colegiados, temos procurado, a partir de um trabalho muito grande, entregar o resultado do macrozoneamento aqui para o Vale do Ribeira, juntar com os outros grupos regionais para o total do gerenciamento costeiro e isso vai ser o decreto. Ele não vai parar nisso. Esperamos que esse decreto seja muito bem feito, com a participação de todo mundo, inclusive do Prefeito Décio, que é participante também dos dois colegiados. Além disso, o ponto fundamental não é simplesmente o macrozoneamento, é dizer pode ou não pode. Mas são os planos e ações que são definidos dentro do trabalho de gerenciamento costeiro, como também são definidos como resultado do trabalho dos comitês de bacias.

A partir desses planos é que o Vale do Ribeira está dizendo o que ele quer fazer. E aí precisamos que esses planos e ações virem realidade e nesse ponto os Srs. Deputados têm uma função fundamental, qual seja, fazer com que efetivamente isso vire legislação, ou seja, apoiar para que haja a liberação dessas verbas e fiscalizar para que esse trabalho seja bem feito.

Achamos que essa vinda é realmente fundamental e precisamos que isso realmente dê resultado. Porque uma coisa fundamental é o seguinte: esses colegiados são as vozes do Vale do Ribeira. Nós, aqui no Vale do Ribeira, estamos carecas de ver soluções que já vêm prontas. Uma vez dizem: “Agora vamos resolver o problema do Vale do Ribeira: vamos plantar cacau.” Outra vez falam: “Vamos plantar seringueira.” E agora estou ouvindo demais: “Temos de fazer o ecoturismo” e muito do ecoturismo que verificamos aqui tem dado muito dinheiro para as companhias de São Paulo virem aqui e muito pouco para o povo do Vale do Ribeira. E o impacto ambiental do ecoturismo, pelo menos na área do Petar, por levantamento muito bem feito pela USP, é muito maior do que o impacto da mineração, que tem sido tão xingado aqui no Vale do Ribeira.

O que precisamos é do estudo preciso do que existe no Vale do Ribeira e, nesse ponto, temos de cumprimentar o Prefeito Samuel, porque ele fez com que a Unesp viesse para cá, e eu estou convidando a Unesp à participação nos colegiados, e quem tem conhecimento técnico-científico tem de apoiar, mas apoiar a partir do que o povo efetivamente necessita. Acho que a partir dessas soluções que são feitas por processos bem representativos, os Deputados tem uma função essencial a fazer. (Palmas.)

**O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCCHILD** – O seu nome e a entidade à qual pertence?

**O SR. GILBERTO** – Sou Diretor de Planejamento do Governo do Estado. Gostaria de fazer um pequeno lembrete. O Deputado Arnaldo Jardim falou sobre a questão da água, que teríamos uma reserva para a Grande São Paulo, e gostaria de lembrar que deve estar em tramitação na Assembléia Legislativa o projeto de lei sobre a cobrança do uso da água. O Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira sabe que não temos interesse em ficar cobrando água dos agricultores daqui. Mas, temos que nos reservar o direito de, caso se aprove a retirada de água do Rio Juquiá para levar para São Paulo, que o Vale do Ribeira possa receber essa contribuição financeira para minimizar os nossos problemas.

Era apenas esse lembrete para que esse projeto de lei tenha mais agilidade para que se coloquem as coisas nos eixos.

Obrigado. (Palmas.)

**O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCCHILD** – Mais uma manifestação apenas e, então, encerraremos e devolveremos a palavra ao Deputado Sidney Beraldo.

**O SR. LUIS FERNANDO** – Boa-tarde a todos. Meu nome é Luis Fernando e sou Vereador da Câmara Municipal de Registro.

Gostaria de transmitir um recado das famílias que trabalham na área rural aos Srs. Deputados e a todas as autoridades presentes. Temos conversado muito com as famílias e elas têm reivindicado mais apoio de técnicos agrônomos para que na área da agricultura familiar possamos ter mais desenvolvimento econômico sustentado para a região. Porque as últimas décadas têm demonstrado que esse é o nosso potencial. Fala-se em uma série de potenciais no Vale do Ribeira. Mas, sabemos que o potencial do Vale do Ribeira é a agricultura familiar. Sabemos que a agricultura tem gerado muitos empregos na nossa região, quer seja com a banana, com o chá ou em outras atividades. Realmente, como já foi colocado pelos Srs. Deputados e autoridades, sabem do maior problema da região do Vale

do Ribeira, que é a barragem que tem causado muitos prejuízos para o nosso povo. Isso porque cada vez que ocorre uma enchente, os agricultores são prejudicados, e têm que investir novamente para que recuperem a estrutura anterior. Ou seja, essas grandes enchentes têm prejudicado muito o povo do Vale do Ribeira. Portanto, queria transmitir aos Srs. Deputados que esse projeto é importante para todas as famílias do Vale do Ribeira, principalmente da área rural.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCCHILD** – Passo a palavra ao nobre Deputado Sidney Beraldo, Presidente da Assembléia Legislativa, para as respostas que foram formuladas pela platéia.

**O SR. SIDNEY BERALDO – PSDB** – Às muitas perguntas que haviam sido encaminhadas, os prefeitos acabaram respondendo quando se pronunciaram. Como há um número muito grande de perguntas, vou pedir licença para que possamos preparar as respostas e posteriormente as encaminharemos, porque não teríamos condições de respondê-las uma a uma, detalhadamente.

Uma delas, contudo, diz respeito à preocupação com o meio ambiente. O Sr. José Nilton Galindo está aí? Ele pergunta: “O que a Assembléia Legislativa pode fazer para flexibilizar a atuação do meio ambiente no Vale do Ribeira, que está com uma camisa de força, tudo é proibido, aeroportos, enchentes, duplicação, será que a Secretaria de Meio Ambiente...?”

Acho que pelo fato de essa área ser uma área de grande preservação existe realmente uma legislação muito exigente com relação a isso. Mas, temos procurado fazer um entendimento com o Secretário, com as suas representações, porque não é somente o Secretário, temos hoje a representação das ONGs, enfim, a lei, mas temos buscado a flexibilização, que é realmente compatibilizar a questão do meio ambiente com a importância do desenvolvimento econômico para equilibrar.

Assim, acho que mais do que uma pergunta, essa é uma afirmação que merece realmente uma...

\* \* \*

- **FIM DO ÁUDIO.**

\* \* \*